

## **A GLOBALIZAÇÃO COMO PARADIGMA DE TRANSIÇÃO DO ESTADO LIBERAL: SUAS CONSEQUÊNCIAS**

*Marcos Antonio da Silva\**

Pensar a globalização — em seu significado mais amplo dentro da estrutura capitalista — como um modelo de transição do Estado Liberal implica considerar, num primeiro momento e do ponto de vista estritamente teórico, uma breve e sucinta análise das transformações sofridas por esse Estado no plano econômico, político e social até seu estágio atual.

Por outro lado, pressupõe, necessariamente, a tentativa de delimitação e de conceituação desse fenômeno típico do final do século XX — a *globalização* — e a investigação das suas conseqüências plausíveis, que se colocam atualmente e já se fazem denunciar no horizonte político – ideológico e, sobretudo econômico, como danosas ao ordenamento social.

Essas, mormente, estão a se manifestar nas duas esferas dominantes da vida em sociedade, notadamente na esfera pública como reflexo das mudanças ocorridas na esfera privada, tendo por mediação fundamental o Estado Liberal burguês.

Neste contexto,

*a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade [entenda - se o*

---

(\*) *Marcos Antonio da Silva é professor do Departamento de Filosofia da UFS.*

*Estado enquanto autoridade de poder político]; mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.<sup>1</sup>*

Com efeito, essas mudanças, consoante ainda HABERMAS, operam um movimento de explicitação das múltiplas nuances político-econômicas que estão subjacentes à relação contraditória e conflitiva existente entre Estado e sociedade, as quais se mostram mais evidentes na estrutura capitalista, porque é nela que se estabelece privilegiadamente a dicotomia “*fundamental*” nos modos de organização e de existência sociais — a esfera privada e a esfera pública — sendo esta última a responsável direta pela intermediação entre o Estado e a sociedade (suas necessidades), via opinião pública e processos diversos de institucionalização crescente de vários setores da sociedade, bem como das atividades que aí se desenvolvem.<sup>2</sup>

Claro está que, em virtude mesmo de todas as transformações ocorridas no capitalismo e, paralelamente, a elas, as mudanças políticas, a análise que qualquer um de nós queira e possa levar a efeito acerca da globalização deve considerar, no seu bojo, que tais transformações são operadas a partir do Estado Liberal. Mais ainda, deve igualmente considerar a emergência de pelo menos dois outros fenômenos, ou se o quiser, fatores concomitantes, que se colocam como de capital importância para a sua compreensão, a saber: a) o neoliberalismo; e b) a reestruturação produtiva.

Assim, prioritariamente, é preciso entender que a análise desses dois fenômenos, no conjunto, contribuem de forma decisiva para nos possibilitar uma aproximação mais coerente da realidade, no sentido de buscarmos uma definição mais precisa para o termo *globalização*, o que faremos mais adiante.

Antes, porém, cumpre-nos analisar e ver a configuração primeira do Estado Liberal e tentarmos, à luz dessa análise sucinta como já o dissemos, rastrear sua “*evolução*”, isto é, transformação no tempo e no espaço.

Do ponto de vista teórico, o Estado Liberal surge dentro dos marcos temporais do século XVIII, tendo como traço distintivo essencial o *individualismo*. Caracteriza-se fundamentalmente, pelas elaborações teórico-doutrinárias formuladas pelos jusnaturalistas, contratualistas e pelo liberalismo econômico, o qual advogava a completa não-intervenção do Estado na economia, isto é, que o mercado seja o responsável direto pela regulação das leis

gerais que o regem, mediante a livre iniciativa, e a negação radical do Estado absolutista, através da divisão de poderes.

Tem lugar, neste momento da historicidade do Estado, o surgimento do instrumento da representatividade, no âmbito da democracia, e da identificação entre o interesse público e o privado, ao nível do político como expressão do interesse pelo bem comum. Em um estágio seguinte, notadamente no decorrer do século XIX, o Estado passa a caracterizar-se pelo *estatismo*, assumindo desta forma uma proeminência e hegemonia sobre o indivíduo.

Com efeito, os dois caracteres essenciais a que nos referimos acima — o *individualismo* e o *estatismo* —, ao mesmo tempo em que denotam dois momentos distintos do Estado Liberal, manifestam, outrossim, duas matrizes teóricas predominantes: Adam Smith, no primeiro; Rousseau, Burke e Hegel, principalmente, no segundo.

Dessarte, no quadro analítico das teorias que procuram explicar as transformações sócio-econômico-políticas no Estado Liberal, deve-se levar em conta, particularmente, as mudanças ocorridas no "*Capitalismo de Estado*"<sup>3</sup>, num primeiro momento, e de seu impacto na sociedade, num momento subsequente, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, com as experiências do "*Welfare State*" e de sua crise.<sup>4</sup> Tal crise, em certa medida, está associada, indubitavelmente, à emergência do neoliberalismo, num cenário onde as políticas monetaristas já não mais dão conta da superação da crise política face às novas demandas sociais que são impostas ao *Welfare State* pela sociedade.

Claro está que tais demandas determinam mudanças que, concomitantemente, alteram, de modo significativo, a configuração social e propiciam um desenvolvimento crescente das forças produtivas que, como consequência, possibilitarão a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo organizado.

De acordo com HABERMAS:

*A expressão 'capitalismo organizado ou regulado pelo Estado' refere-se a duas espécies de fenômeno, ambas as quais podem ser atribuídas ao avançado estágio do processo de acumulação. Refere-se, por um lado, aos processos de concentração econômica — o surgimento de empresas nacionais e em seguida multinacionais e a organização dos*

*mercados para bens, capitais e trabalho. Por outro lado, refere-se ao fato de que o Estado intervém no mercado quando cresce um hiato funcional.*<sup>5</sup>

Tal intervenção, no entanto, em primeiro lugar, não se faz sem representatividade, resultando daí a necessidade de uma imbricação muito intensa na relação Estado-sociedade que, em última instância, só se realiza plenamente na democracia. Em segundo lugar, implica a realização efetiva, por parte do Estado, de inúmeras funções, a fim de garantir a acumulação e a reprodução capitalista e evitar assim esse "hiato funcional".

Esta questão é muito bem colocada por Adam PRZEWORSKY, quando enuncia:

*O que o Estado precisa fazer para manter o capitalismo? Num nível mais geral, a resposta é retirada diretamente dos dois pré-requisitos funcionais centrais para a reprodução capitalista: ele deve fornecer as condições necessárias para a acumulação e a legitimação.*<sup>6</sup>

Segundo este mesmo autor, ainda,

*acumulação continuada é assim a primeira condição necessária, o requerimento funcional central para a reprodução do capitalismo. Legitimidade é a segunda condição necessária, seja porque o apoio popular é exigido pelas regras da democracia ou pelo menos porque o consentimento é necessário para desarmar a onipresente ameaça revolucionária.*<sup>7</sup>

Todavia, a relação Estado-sociedade sempre apresentou nuances demasiado variadas e, em tempos de globalização da economia mundial como o que hoje vivenciamos, constatamos o denunciar da existência de um processo contraditório no interior da própria democracia que, ao mesmo tempo, concorre para a sua negação e para o autoritarismo político que vem como reflexo do neoliberalismo.

A esta contradição interna na democracia chamamos *desdemocratização* e pode ser expressa segundo as palavras de David HELD:

*... Ao mesmo tempo em que o 'governo do povo' ganha novos defensores [pois interessa muito de perto aos neoliberais], a própria eficácia da democracia como forma nacional de organização política pode ser colocada em dúvida. As nações proclamam-se democráticas no momento mesmo em que mudanças no âmbito da ordem internacional comprometem a possibilidade de um Estado-nação democrático, independente.<sup>8</sup>*

Neste contexto, há que se pressupor que a contradição acima referida seja, em parte, resultante da implementação concomitante de dois processos distintos e profundamente atuais, quais sejam: o neoliberalismo e a globalização, implicando esta uma total reestruturação produtiva e organizativa.

*Ademais, conforme assevera NETTO, " ... é preciso esclarecer (...) que a proposta neoliberal, nos seus vários matizes, tem encontrado legitimação por via democrática."<sup>9</sup>*

*Neste sentido, por neoliberalismo deve-se entender uma perspectiva teórica que começa a surgir em meados da década de 1940, tendo como seus principais arautos Milton Friedman e Friedrich Hayek, dentre outros, mas que somente começa a ganhar espaço político nos países de capitalismo avançado a partir da década de 70, sobretudo na Europa e nos E.U.A., onde Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (E.U.A.) constituíram – se em exemplos significativos, consoante atesta Pablo GENTILI.<sup>10</sup>*

Outrossim, é preciso ter claro que o neoliberalismo, nitidamente, se coloca como uma reação vigorosa ao *Welfare State*, à social-democracia, ao keynesianismo e à regulação do mercado pelo Estado.

Claro está, esta perspectiva teórica também avança sobre a América Latina, particularmente Chile, Bolívia, Argentina, Brasil etc., e demais regiões do globo, a partir da década de 80, como reflexo da aplicação e desdobramentos político-econômicos "positivos" que teve nos EUA e na Europa.

Entretanto, cabe ressaltar, o neoliberalismo não é nem uno nem original, isto é, enquanto perspectiva teórica traduz-se numa ideologia demasiado fragmentada que acaba por não se constituir num corpo teórico próprio, original, definido, segundo Sônia DRAIBE:

*Esta ideologia dominante é principalmente composta por proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, 'reinventando' o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX.<sup>11</sup>*

*Com efeito, o neoliberalismo, na medida que altera a configuração político-ideológica dos Estados-nações (desdemocratização) é determinante no processo de desregulamentação dos mesmos em escala mundial. De acordo com Pablo GENTILI, "el neoliberalismo va a constituirse en un nuevo cemento cultural que trasciende el espacio restricto de las fronteras nacionales. En sentido gramsciano, nos encontramos ante un verdadero proyecto hegemónico de escala planetária".<sup>12</sup>*

Doutra feita, por globalização, entendemos um processo crescente de "mundialização" da produção industrial das economias mais sólidas do globo, mediado por aparatos institucionais bem definidos do ponto de vista político e por fortes organismos financeiros internacionais — centros de poder político (fortes governos e instituições) e pelos grandes conglomerados econômicos —, que acaba por determinar a abertura dos mercados "nacionais" aos bens de capital, consumo e informação internacionais, fazendo parecer que o que está em curso seja a constituição e instauração do mercado transnacional, mundial, que a todos beneficia. Tal processo tem como consequência imediata a formação de "blocos econômicos localizados", isto é, regionalizados, a exemplo do M.C.E., NAFTA, MERCOSUL, Mercado Asiático (tigres asiáticos) e, mais recentemente, o Mercado Árabe (em vias finais de formação).

Assim entendida, a globalização, também, não deixa de refletir um processo cultural (Renato Ortiz), na medida que instaura determinados padrões societários e mundiais de consumo, que se tornam vigentes em todas as partes do planeta onde a mercadoria mundializada é comercializada.

Neste sentido, pois, implica também verdadeira "desterritorialização cultural", que pode ser exemplificada pela forma "unidimensional"<sup>13</sup> como são construídos os aeroportos, shopping's center's etc., refletindo assim uma

totalidade contraditória que oscila entre o desenvolvimento cada vez crescente das forças produtivas na sociedade industrial moderna avançada e a possibilidade, sempre presente, de crises e da estagnação política.

Claro está, portanto, que a globalização implica desenvolvimento científico e tecnológico, na medida que propicia o surgimento de inovações tecnológicas fundamentais para alterar os processos produtivos e a própria divisão social do trabalho, no plano internacional, provocando dessa forma uma reestruturação produtiva e organizativa generalizada na produção e na distribuição dos bens produzidos.

*Colocada nestes termos, a globalização, amiúde, implica outrossim uma mudança radical na racionalidade do sistema capitalista, tão bem analisada por Max WEBER<sup>14</sup>, enquanto racionalidade ocidental, e que Herbert MARCUSE, ao analisar as possibilidades do desenvolvimento tecnológico e suas conseqüências no mercado, na política, na cultura e na economia, assevera a seguinte proposição: "a racionalidade tecnológica Ter-se-á tornado racionalidade política (grifo nosso)".<sup>15</sup>*

Portanto, enquanto reestruturação produtiva geral e organizativa, a globalização assume forma de transição do Estado Liberal para possivelmente o neoliberal, e se coloca como o paradigma vigente capaz de garantir a sobrevivência de Estados outros que porventura ainda não tenham se integrado à sua rede de produção e de distribuição dos produtos.

Neste contexto, a desdemocratização de que falamos anteriormente se mostra como o fenômeno mais evidente que, do ponto de vista político, afeta diretamente a estrutura organizativa dos Estados-nações. Com efeito, a desdemocratização se manifesta indubitavelmente como uma conseqüência direta, tanto das formulações políticas que têm gênese com o neoliberalismo quanto da globalização, traduzindo-se num processo de desregulamentação que afeta igualmente a esfera econômica e que acaba por atingir outras esferas públicas dos Estados como a social e a cultural.

Em conformidade com David HELD, portanto, "globalização, nesse contexto, envolve pelo menos dois fenômenos distintos. Em primeiro lugar, o termo sugere que a atividade política, econômica e social tem, cada vez mais, um alcance mundial. Em segundo lugar, ele sugere que os níveis de interação e interconexão entre os Estados e a sociedade que formam a sociedade internacional têm - se intensificado".<sup>16</sup>

Com efeito, a globalização se coloca, a nosso ver de modo inequívoco, como verdadeiro paradigma de transição do Estado Liberal. Esta transição se dá de uma forma historicamente determinada de Estado que se fundava primeiramente na liberdade de iniciativa; na igualdade jurídica de todos os homens, num segundo estágio; e, por último, na garantia de uma quantidade "incontável" de direitos para seus cidadãos, através da implementação de uma gama igualmente "incontável" de políticas públicas, mas que saturou, em si mesmo, para uma outra forma de Estado que se caracteriza pelo afastamento estratégico das questões e demandas do social. Isto é, o Estado Liberal (o "Welfare State" — Estado de Bem Estar Social —, e sua forma social-democrata), que esgotou sua capacidade de continuar gerindo essas políticas públicas, necessárias ao atendimento das demandas sociais que lhes eram impostas ( por inúmeras razões de natureza econômica, política, fiscal e financeira ) é, agora, substituído por um modelo de Estado dito mínimo, que se caracteriza por sua face anti- social.

Claro está, o Estado de Bem – Estar Social (*Welfare State*), em meio a crises e envolto num processo de reorganização da produção e das relações de trabalho e, mais ainda, absorto num processo de expansão da economia mundial sem precedentes, de "mundialização" dessa produção e conseqüentemente do consumo, vai a pique, isto é, entra em colapso e é superado por um dito Estado neoliberal — um Estado mínimo — que do ponto de vista da ação política se caracteriza pelo seu afastamento do social, e do ponto de vista econômico se caracteriza pela sua integração no mercado globalizado.

Nesse contexto, não sem razão David HELD assim se refere à globalização:

*na perspectiva da globalização, o Estado Liberal democrático é com freqüência caracterizado como um Estado capturado na teia da interconexão global, permeado por forças supranacionais, intergovernamentais e transnacionais e incapaz de determinar seu próprio destino.<sup>17</sup>*

Á guisa de conclusão, devemos ressaltar que todas as discussões que por último vêm se dando no Brasil acerca da globalização refletem, em certa medida, uma preocupação generalizada em torno do processo, que parece inexorável, de expansão de algumas das economias mais sólidas do mundo capitalista. E essa preocupação expressa um sentido todo especial, na medi-

da que traduz a emergência de um novo paradigma de produção e de competitividade entre os Estados-nações, paradigma esse que vem determinando uma ruptura radical com os processos de trabalho e com o padrão de concorrência até então existentes entre empresas capitalistas e as diversas economias mundiais.

Com efeito, esta competitividade inovadora, que rompe com toda uma forma padrão de produzir que tinha por base o modelo fordista – taylorista, impõe todo um reordenamento da base produtiva e da procura pelo mercado, uma vez que se faz acompanhar de mudanças tecnológicas muito grandes que interferem diretamente na divisão social do trabalho, no seu produto final e no reordenamento político do Estado.

O conjunto dessas alterações, pois, que afeta sobremodo a forma de produzir e o produto, foi que em última instância determinaram o emergir desse novo padrão de competitividade — a *globalização* — o qual, por sua vez, veio interferir em três itens que dizem respeito diretamente aos processos de produção e ao produto em si, a saber:

a) sua produtividade — no qual se estabelece uma nova relação entre custos e investimentos, fazendo com que as empresas busquem, via investimentos na incorporação de tecnologias avançadas, uma diminuição de seus custos de produção e possam dessa maneira oferecer ao mercado produtos mais baratos;

b) sua qualidade — em que os investimentos em tecnologias favorecem, cada vez mais, a colocação no mercado de produtos de qualidade superior àqueles que provêm de processos de produção mais rudimentares ou mesmo da manufatura, dado que as maquinarias tecnológicas mais modernas contribuem para a melhoria da resistência, do acabamento, da durabilidade e até mesmo do desing do produto e, portanto, de sua qualidade;

c) finalmente, sua flexibilidade — implicando isso a versatilidade do produto, ou seja, a possibilidade de adequação do produto ao cliente consumidor, razão pela qual, na busca de conquista dos mercados, as empresas se esforçam para colocar à disposição dos consumidores um produto que procure garantir o atendimento às diversas exigências destes.

Claro está que este paradigma inovador de competitividade constitui apenas uma dimensão de todo um processo que vulgarmente está a se chamar de globalização econômica e que vem determinando toda uma reestruturação produtiva e organizativa.

Assim, ao falarmos sobre o processo de globalização econômica que vem ocorrendo nas duas últimas décadas no mundo é necessário que, preliminarmente, num grande esforço, do ponto de vista teórico, resgatemos nossa definição *provisória* e tentemos estabelecer seus pressupostos básicos.

No plano da definição, é nosso entendimento que a globalização representa mais uma fase de desenvolvimento do capitalismo que traduz um processo de internacionalização que se reflete não apenas na economia, mas também na política, no conhecimento, na informação e na cultura regionais, tendo como perspectiva maior a implantação de uma *"cultura mundial"*, que favoreça uma maior e mais eficiente circulação de mercadorias (bens e serviços) sem que isso represente a eliminação das peculiaridades econômicas regionais.

Face ao exposto, permitimo-nos dizer que esse processo globalizante, ao tempo em que busca a expansão do mercado mundial, dotando-o de agilidade e flexibilidade produtivas, garante a existência de mercados outros *"isolados"*, bem como estimula a criação de mercados regionalizados como já expusemos anteriormente, que em contrapartida garantem o fluxo de mercadorias, as mais variadas possíveis, numa economia globalizada.

Claro está, diante disso, que ao movimento de globalização da economia mundial corresponde um movimento de igual expressão ao nível regional, ou seja, concomitantemente à globalização, ocorre a regionalização. E este movimento de mão – dupla expressa, por sua vez, uma nova forma de organização da economia mundial que afeta decisivamente a organização política dos Estados.

No plano dos pressupostos, destacamos como condições básicas do processo de globalização as que se seguem:

1. uma redefinição das relações políticas e econômicas, implicando dizer que se torna de fundamental importância uma mudança nas legislações fiscais e tributárias, de modo a possibilitar o maior intercâmbio possível de mercadorias entre os países partícipes de um dado bloco econômico;

2. inicialmente, uma cooperação econômica entre os países vizinhos, favorecendo, num primeiro momento, os blocos regionais e, em seguida, internacionalizando-se; e,

3. a implementação da abertura dos mercados aos produtos e, conseqüentemente, das empresas externas ( transnacionais ), objetivando, por fim, o desenvolvimento de tecnologias de última geração distintas, as quais

poderão possibilitar o domínio sobre a informação — ferramenta chave no novo processo produtivo em curso.

A perspectiva que se abre para o futuro, num primeiro momento, é a de que todas essas mudanças que estão em curso venham a alterar de forma significativa a distribuição da riqueza entre os países que tiverem suas economias globalizadas e, num segundo momento, a distribuição da riqueza no interior desses mesmos países. Como resultado último dessas alterações, a perspectiva que se nos apresenta é a de que haverá uma alteração radical no mapa da distribuição da riqueza mundial para o próximo século, com a possibilidade inclusive de um aumento expressivo dos processos de exclusão social, o que será determinante para o aumento da miséria no mundo.

Isto posto, nos impõe perceber que a globalização da economia mundial que se vem verificando ultimamente ao nível internacional, num processo crescente, reflete basicamente dois movimentos, que podemos expressar nos seguintes termos: primeiro, traduz inequivocamente uma evolução natural do modo de produção capitalista, isto é, reflete o desenvolvimento natural das forças produtivas, conforme postulou K. Marx, em sua famosa obra — *O Capital* —, num dado momento da história humana em que capital e trabalho promovem um novo modelo de organização da economia; segundo, expressa uma reorganização do próprio processo produtivo, ou seja, engendra uma completa reestruturação do setor produtivo, que procura levar em conta o próprio modo como está ordenada a produção dos bens e serviços de uma determinada economia, reorganizando dessa forma não apenas a produção mas também as próprias relações sociais e políticas que se desenvolvem no âmbito do Estado.

É fato, devemos frisar uma vez mais, o conjunto formado por esses dois movimentos influi, consideravelmente, não apenas sobre o sistema econômico como um todo (e aqui falamos não apenas do capitalismo), refletindo seu crescente desenvolvimento uma reestruturação da produção e uma reorganização singular da divisão do trabalho social, seja em nível local ou internacional, mas também é determinante para alterar as configurações sociais e geo-políticas entre os países e no interior mesmo dos diversos países que globalizaram suas economias.

Falar de *globalização*, portanto, implica falar do que está na base desse processo, isto é, da reestruturação produtiva e organizativa, que tem como principais causas a inovação tecnológica e o desenvolvimento científico que

vêm ocorrendo nos últimos vinte anos sobretudo. Nesse sentido, a reestruturação produtiva, ou como muitos denominam a reengenharia, por sua vez, provoca: a) a substituição de um paradigma de produção (fordismo) por outro (taylorismo); b) aumento e "racionalização" (Weber) crescente do processo de acumulação capitalista (competitividade); e c) diminuição do Tempo de Trabalho Socialmente Necessário ( TTSN ) para produzir um bem, implicando isto o elevado índice de desemprego verificado em muitos países; e, reestruturação organizativa é determinante para o estabelecimento de novas formas de relações sociais e políticas entre Estado e sociedade.

## NOTAS

- 1 HABERMAS, Jürgen **Mudança estrutural da esfera pública**, p. 42.
- 1 *ibid*, pp. 42-59.
- 2 Este conceito, aqui utilizado, deve ser entendido nos moldes da concepção habermasiana, segundo a qual, uma vez estabelecido o modo capitalista de produção, ao Estado cabe cumprir e assegurar os pré-requisitos estruturais do processo de reprodução e acumulação capitalista. Cf. Jürgen HABERMAS, **A crise de legitimidade no capitalismo tardio**, pp. 30 – 8.
- 3 Sobre essa problemática, faz-se importante consultar Sônia DRAIBE e Wilnês HENRIQUE, **“Welfare state”, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional**, pp. 53 – 78.
- 4 Cf. HABERMAS, Jürgen, *op. cit.*, pp. 47 – 8.
- 5 PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**, p. 91.
- 6 *ibid.* p. 90.
- 7 Cf. HELD, David. **A democracia, o Estado-nação e o sistema global**. pp. 145-46.
- 8 Cf. NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: **Balanço do neoliberalismo**. p. 29.
- 9 Cf. GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo, exclusion social y políticas educacionais**, passim.
- 10 Ver DRAIBE, Sônia. **As políticas sociais e o neoliberalismo**, p. 87.
- 11 Cf. GENTILI, Pablo, *op. cit.*, p. 55.
- 12 Este termo deve ser entendido no sentido expresso por MARCUSE, em que “a análise é focalizada na sociedade industrial desenvolvida, na qual o aparato técnico de produção e distribuição (com um crescente setor de automatização) não funciona como a soma total de meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos, mas, antes, como um sistema que determina, a priori, tanto o produto do aparato como as operações de sua manutenção e ampliação. (...) Oblitera, assim, a oposição entre existência privada e pública, entre necessidades individuais e sociais”. Cf. Herbert MARCUSE, **A ideologia da sociedade industrial**, p. 18.
- 13 WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, passim.
- 14 MARCUSE, Herbert. *op. cit.*, p. 19.
- 15 HELD, David, *op. cit.*, p. 157.
- 16 HELD, David, *op. cit.*, p. 160.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DRAIBE, Sônia M. “As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas”. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, p. 87 - 101, mar./abr./maio. 1995.
- DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. “‘Welfare State’, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro v. 3, n. 6, p. 53 – 78, fev. 1988.
- GENTILI, Pablo. “Neoliberalismo, exclusion social y políticas educativas”. Plural: **Revista da APUFSC**. Florianópolis, n. 7, ano 5, p. 54 – 61, jan./jun. 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. (Tradução Flávio R. Kothe). Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. 398 p. (Tradução Strukturwandel der öffentlichkeit).
- \_\_\_\_\_. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. (Tradução Vamireh Chacon). Rio de

- Janeiro : Tempo Brasileiro, 1980. 179 p. (Tradução Legitimationsprobleme im Spaetkitalismus).
6. HELD, David. **A democracia, o Estado-nação e o sistema global**. Lua Nova, [S.l.], n. 23, p. 145 – 194, mar. 1991.
  7. MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. (Tradução Giasone Rebuá). 5. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979. 238 p. (Tradução One – Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society).
  8. NETTO, José Paulo. “Repensando o balanço do neoliberalismo”. In: **SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995. 205 p.
  9. PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. (Tradução Argelina Cheibub Figueiredo e Pedro P. Zahluth Bastos). Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994.
  10. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. (Tradução M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi). 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1980. 268 p. (Tradução Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus). (Col. Os Pensadores).